



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Vila Maria/Vila Guilherme
DATA: 03/09/2015

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa noite a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 25ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo, em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal.

Esta audiência tratará da região da Vila Maria/Vila Guilherme.

– Apresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra a Sra. Terezinha Monteiro Batista.

A SRA. TEREZINHA MONTEIRO BATISTA – Boa noite a todos. Srs. Vereadores, Sr. Presidente Gilson Barreto, Sr. Relator Paulo Frange, iniciamos o seguinte texto destinado aos senhores para as audiências de Uso e Ocupação do Solo.

“Essa ação permite aproximar os instrumentos de planejamento à esfera local, atendendo aos pleitos legítimos da população em rever os padrões de uso e ocupação de cada bairro, quarteirão ou lote da Cidade. Nos bairros adequadamente formatados pelo então Brigadeiro Aviador Edu Chaves, há loteamento e forma dos terrenos totalmente inovadora, ganhando contorno do balão de gás que o então ídolo Aviador Santos Dumont, havia sobrevoado a cidade de Paris. O Brigadeiro Aviador Eduardo Chaves, educado e formado nas instituições francesas, tinha o domínio da arte e seus contornos, especialmente aviação. Por

essas habilidades constituídas, além de trazer todo o projeto do Palácio dos Campos Elíseos, que se transformou em sede do Governo de São Paulo, igualmente visualizou em sua fazenda que se estendia por todo o vale do Rio Cabuçu até a região de Cumbica, atual aeroporto internacional. E visualizando naquele período o nosso atual uso e ocupação do solo, especificou algumas áreas para moradia – o seu desejo – dos militares, e protegeu áreas de pura várzea que julgava importante para a acomodação das águas que protegeriam as regiões mais baixas em montantes das enchentes e alagamentos das águas de chuvas oriundas da Serra da Cantareira. Tudo foi absolutamente planejado para receber as famílias de militares, porém, o êxodo e as migrações foram intensos nas regiões, especialmente no bairro do Jardim Brasil. A invasão foi plena, porém o Parque Edu Chaves e as regiões de várzea foram protegidos naturalmente porque ninguém gostaria de morar junto ao rio Cabuçu devido às enchentes já produzidas e a relação direta com a várzea e sua proteção natural. Agora, Srs. Vereadores, carpim a nossa vegetação, encheram de entulhos as nossas áreas de proteção e várzea, estacionam caminhões que exalam diariamente toneladas de monóxido de carbono, infelizmente, exterminando os nossos pulmões. Não podemos compactuar com essas concessões.

Contamos com os senhores, com os órgãos licenciadores para retirar essa atual concessão que esse Plano Diretor nos impõe. Por favor, agradecemos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, D. Terezinha.

Tem a palavra a Sra. Maria José Jubram, em seguida o Sr. José Ramos de Carvalho.

A SRA. MARIA JOSÉ JUBRAM – Boa noite a todos e a todas. Sr. Presidente Gilson Barreto, Srs. Vereadores, Sr. Relator, Dr. Paulo Frange.

Para esta audiência os senhores estabeleceram também o seguinte texto: “O processo de revisão da lei segue os mesmos parâmetros de participação democrática que legitimaram a revisão do Plano Diretor Estratégico, motivada principalmente pela busca da melhoria da vida cotidiana e pela transformação de São Paulo em uma Cidade mais humana. Fica bem claro que o Brigadeiro Edu Chaves ficou surpreendido com essa frase e seus nobres preceitos. Porém, o atual Plano Diretor ignorou, especificamente para a nossa região, esses nobres preceitos. Pois, ao longo das décadas, desde os anos 50, nossa região foi se constituindo culturalmente como regiões dormitórios e nem existiam rodovias, sequer aeroporto ou um rodoanel atravessando o berço da Serra da Cantareira. O Plano Diretor teve somente a visão da logística das transportadoras que serviam exclusivamente à região do Parque Novo Mundo, que fica do outro lado da Rodovia Presidente Dutra e que, infelizmente, dominaram sobre a área do atual Jardim Guançã para também caracterizar para essas áreas as tendências de receber transportadoras. O que podemos observar hoje é a deterioração plena de um plano planejado chamado Jardim Guançã. Conversem com os seus moradores. São fartos os desconfortos com a instalação de serviços e mecânicas destinadas a veículos pesados, um bairro organizado, arborizado, porém observamos a desconfiança nítida de seus moradores às áreas ou zonas, estão totalmente fora de seus eixos operacionais, proporcionando somente desconforto social, ambiental e de qualidade de vida. Porém, Srs. Vereadores, certamente o relator do Plano Diretor e seus orientadores, nossas lideranças em uma manhã de sábado em uma importante universidade de nossa região nos submeteram em uma oficina. Disseram que deveríamos contar com as nossas histórias e os nossos desejos de futuro, mas apesar das nossas informações, das questões de saúde respiratórias dos nossos idosos, das nossas crianças, das nossas grávidas, porém ávidos em escolher para a nossa região, dentro do tripé básico dos argumentos de ações ambientais e de qualidade de vida exposto no artigo 225 da nossa Constituição. O argumento natural ou ambiental, mas o argumento exclusivamente econômico e nem sequer visualizou o direito social, ou direito social,

ou de humanização descrito acima, pois diariamente convivemos com notícias.”

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, seu tempinho já passou.

A SRA. MARIA JOSÉ JUBRAM – Já passou?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Depois a senhora manda por escrito todo esse material.

Tem a palavra o Sr. José Ramos de Carvalho.

O SR. JOSÉ RAMOS DE CARVALHO – Boa a noite a todos, Sr. Presidente, Gilson Barreto e o Relator, Dr. Paulo Frange. Bom senhores, abre aspas também, um texto que vocês colocaram no *site*: “Entre todas as inovações da proposta de zoneamento a maior delas é a identificação do território como um todo, levando em conta tantos os efeitos e consequências nos territórios locais, bem como os impactos mais amplos. Desse modo a proposta vai além da colcha de retalhos e enfrenta a desigualdade e particularidades territoriais como parte de um conjunto necessário para o desenvolvimento estratégico da Cidade.”

Observando esse texto chegamos a seguinte conclusão: para atender esses novos parâmetros, devemos incorporar o espírito inovador do então Brigadeiro Edu Chaves, que enxergava a nossa região da melhor forma possível com seus novos conceitos. Afinal, amigo particular do seu melhor inventor, o aviador Santos Dumont, fica mais fácil a análise e a identificação de que a Subprefeitura não é somente a Vila Maria, ela se constitui do Jardim Brasil, Edu Chaves e a região onde fica o Jardim Julieta e que é sempre esquecida por todos aqui.

Temos um cenário onde iniciamos a nossa divisa, que é uma grande preocupação de Siurb, com o município de Guarulhos onde devemos urgentemente regularizar juridicamente

as áreas de domínio, pois a obra de clareamento do Rio Cabuçu de Cima observamos dezenas de empreendimentos invasores. Não é somente a habitação que invade não, têm empresas que invadem também na borda do Rio Cabuçu. Burlam frequentemente a fiscalização de implantação de obras civis, inclusive, a mais recente que invadiu áreas de várzeas, estabeleceu terraplanagens totalmente agressivas e comprometeu totalmente os investimentos do Governo do Estado de São Paulo, no valor de 207 milhões de dólares, cerca de 800 milhões de reais. Valores esses oferecidos pelo Governo do Japão para a retificação e clareamento do Rio Cabuçu de Cima para a proteção das enchentes que sempre assolaram toda a nossa região e que atualmente, depois da conclusão das obras dessa atual transportadora, que apesar de estar do lado visualmente de São Paulo, então aquele mapa que foi apresentado ali está errado.

Na verdade o Rio Cabuçu era serpenteado, fizeram um retão; significa que há áreas do lado de cá que pertencem a Guarulhos e que precisam ser regularizadas. Inclusive comprometeu e fechou totalmente o acesso às águas do piscinão natural de várzea que se encontra a Leste, no fundo da antiga fábrica de Brinquedos Estrela e, conseqüentemente, irá produzir volumes inimagináveis, pois o Rio Cabuçu não irá realizar a sua famosa curva sobre a Rodovia Presidente Dutra. Certamente colocará em risco de enchentes a garagem da empresa Sambaíba, todos os terminais de cargas que igualmente estão abaixo da cota de 733 metros de altura da então nossa curva do rio.

Inclusive, o próprio empreendimento invasor se utiliza da borda do Rio Cabuçu como acesso viário, totalmente inadmissível, uma ação totalmente indevida e certamente vai produzir nos bairros tradicionais novamente enchentes e alagamentos, ao longo inclusive da Bacia do Córrego da Paciência, e a particularidade dos bairros Edu Chaves e Jardim Julieta, Vila Galvão e Guarulhos, diante desse quadro, inclusive já alertamos a Siurb do Projeto Paciência, mas não tivemos qualquer retorno.

O Projeto Paciência alcança um volume de 160 milhões de dólares, cerca de 640

milhões de reais, somando-se igualmente a mais um afluente do Córrego do Tremembé, que desconhecemos o valor acordado em suas obras, pois todos esses valores e projetos têm como canal a recepção hídrica do Rio Cabuçu. Como vai fazer a curva, recepcionar seu afluente sem o volume...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Infelizmente, acabou o tempo. Pode mandar por escrito que nós vamos ler. Todo o material será lido.

Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou Presidente da Com Fé São Paulo, Trabalho e Empreendedorismo.

A Cidade de São Paulo é a mais rica da América Latina, com um PIB de 436 bilhões de reais, mas é uma metrópole, vamos dizer, insustentável. Hoje são 4,320 milhões de famílias morando em áreas desumanas, em favelas, cortiços, conjuntos e outras ocupações precárias irregulares. Isso é uma verdadeira barbárie, em pleno século XXI, onde uma máfia de políticos, tanto do Executivo como do Legislativo têm desviado cerca de 10 a 12% do PIB de São Paulo.

Para se ter uma ideia, desses políticos que estou falando, só a Dilma, o Lula e o Michel Temer, enquanto roubam lá na Presidência da República, aqui outros políticos ladrões agem na Cidade. Inclusive – no acordão que houve entre ela, o Lula, o Haddad e o ladrão ex-Presidente da Câmara José Américo, que hoje é Secretário de Relações Governamentais, junto com o atual Presidente – receberam 640 milhões de dinheiro roubado da Petrobrás, do BNDES e de mais cinco Ministérios e, então, esse dinheiro ratearam entre Vereadores da base aliada: PT, PMDB, PSD, PROS e outros partidos...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos voltar ao assunto, Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – ... E na Assessoria Militar. E, na Biblioteca da Câmara, numa operação Militar em que fui surpreendido, violenta, para não reagir, comandada pelo Sargento Molina, eles acabaram me roubando seis mil reais. Mas temos de ficar vigilantes.

Participei das outras audiências públicas da Lei de Zoneamento. Uma das teses que está aí avançada é a de cotas ambientais e a dos conjuntos de garagens.

Nossa tese hoje, que será a tese das demais lideranças e dos munícipes aqui, é uma reforma urbana, a regulamentação fundiária pelo título de propriedade para todas essas famílias, regulamentando também os empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que 95% deles aqui na Cidade não têm alvará e estão irregulares.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado aí pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Irani Dias, Associação de Luta de Moradia. Depois, Kamila Gomes.

A SRA. IRANI DIAS – Boa noite a todos e a todas, boa noite à Mesa.

Nosso propósito aqui hoje, além de já haver participado de todas as audiências de zoneamento de nossa região, de ter participado do Plano Diretor, de ter participado da Conferência das Cidades, é propor que as ZEIS demarcadas na proposta sejam rigorosamente atendidas; que sejam, de fato, demarcadas. Quero lembrar aos senhores que essa lei é para dezesseis anos.

Se não houver ZEIS, não haverá Habitação de Interesse Social; se não houver Habitação de Interesse Social, haverá avanços sobre a natureza, o que não queremos. Esse movimento tem parte dos seus membros dentro do Quinta Ambiental, um grupo do Jaçanã onde defendemos nossas áreas verdes, defendemos a questão do Rio Cabuçu, que o Ramos já apresentou aqui. Achamos que a construção legal não agride a natureza, ela protege. Agora, quando não se faz nada e se permite que essas pessoas avancem sobre a natureza, você está

se responsabilizando por isso. Então, pedimos que nossas ZEISs já demarcadas sejam respeitadas.

Só isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Kamila Gomes, do Conselho Participativo; depois, Jesus dos Santos.

A SRA. KAMILA – Boa noite a todos e a todas. Sou Kamila. Alguns já me conhecem, sou Conselheira Participativa e Professora, no Parque Vila Maria. Assim como a Irani, também participei de todo o processo da Lei de Zoneamento. Sempre estivemos presentes. A maior discussão é que a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS – precisa existir nesse território e ela foi discutida em todas as audiências, e pontuamos que o nosso maior problema e o nosso maior caos é o Terminal de Cargas. Enquanto não olharmos para o Terminal de Cargas, enquanto proposta de mudança e transformação de nossa realidade, nós continuaremos sendo desonestos com a população de Vila Maria.

Então, no Terminal de Cargas toda a população colocou que ali seria uma zona de interesse. Temos o espaço ali, é uma discussão dentro do Conselho Participativo, dentro do Conselho Orçamentário, dentro dos outros conselhos, principalmente com o Conselho Ambiental. O Ramos também puxa essa luta. Temos uma discussão sobre as duas mil moradias ali e isso não é ouvido. Sempre trouxemos, sempre colocamos essa discussão e, mesmo assim, o Terminal de Cargas continua sendo uma das grandes empresas dos caminhões e de outras pessoas que ganham dinheiro em cima dele.

Dentro do Terminal de Cargas temos um complexo de transformação social, que vem de encontro com o CICAS – Centro Independente de Cultura Alternativa e Social – e que é uma luta de mais de sete anos, por um espaço cultural, de concessão de uso. Aquele espaço é ocupado com um grupo de cultura chamado CICAS, que faz um trabalho de excelência na

região e que é discriminado porque não tem uma estrutura.

Outra questão diz respeito à UBS Julieta. Se não colocarmos ali como Zona de Interesse, não ganharemos para a Saúde, não ganharemos para a Educação, não ganharemos para Cultura. Enfim, não ganharemos para nenhuma área de nosso interesse.

Então, toda essa discussão sempre foi pontuada, sempre foi ponderada, sempre a colocamos, mas nunca somos ouvidos. Também acreditamos que o comércio e as empresas da região da Vila Maria também têm de ser ouvidos. Portanto, as pessoas estão aqui há anos, mas estão na ilegalidade. As áreas das empresas, as áreas do comércio, na Vila Maria, sempre são marginalizadas. Então, não há como dialogarmos nem com o pequeno empreendedor, nem com o comércio, muito menos com quem tem o interesse social. Portanto, enquanto lei, temos de olhar para isso: a ZEIS e o espaço do comércio.

Só isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Jesus dos Santos.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Boa noite a todos.

Também quero reforçar, um pouco, a respeito da região do Jardim Julieta, onde está presente o Terminal de Cargas. Apesar daquele espaço, hoje, ser uma ocupação do poder privado há mais de trinta anos, também é de fundamental importância que o Poder Público entenda que o processo de reurbanização de qualquer área perpassa para que, de fato, seja efetivo, que a população participe efetivamente e que todas as suas demandas sejam ouvidas e executadas.

Então, nesse processo que estamos acompanhando, podemos perceber que o Poder Público, muitas vezes, não faz o que deveria fazer. De fato, não “empodera” quem deveria “empoderar”. O Poder Público, muitas vezes, de fato não efetiva os bens para quem,

de fato, deveria receber essa efetivação, e sempre está do lado do grande capital. Enfim, não está de acordo com a população.

A exemplo do que foi mostrado aqui, hoje passou uma reportagem na televisão mostrando que o espaço do Terminal de Cargas será um grande estacionamento para caminhões – caminhões esses, frota antiga, que têm aumentado o índice de doenças pulmonares, que têm aumentado o índice de câncer. Qual a solução? Continuar efetivando para o grande capital?

Então é essa reflexão que gostaria de deixar aqui e dizer que se de fato não olharmos para quem devemos olhar, a guerra vai começar. De que guerra eu estou falando? Não é guerra armada. É de que cada vez mais o Poder Público será deslegitimado por aqueles que o colocam no poder. Gostaria que vocês pudessem ouvir a voz do povo que é a voz que deve ser levada em consideração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registro que resolvemos, na Câmara Municipal de São Paulo, fazer 46 audiências públicas. Como mais duas já estão previstas serão 48. Poderíamos ter feito cinco, encerrado a discussão e colocado em votação, mas não, nós temos responsabilidade principalmente com as comunidades.

Observei este mapa e pouco estou vendo de áreas para habitação popular. Não tem quase nada, infelizmente. Deveria ter muito mais. Não temos nenhum constrangimento em receber qualquer segmento da sociedade que queira registrar seus posicionamentos, quer seja da atividade econômica, quer seja de moradia. Qualquer segmento que queira conversar com os Vereadores, com o Presidente ou o Relator, Vereador Paulo Frange, estamos à disposição.

A Câmara Municipal está com a responsabilidade e é por isso que marcamos em cada região de subprefeitura para discutir. Não temos pressa de aprovar esse projeto. Então vamos fazer tantas audiências quantas forem necessárias. O que queremos é a participação,

porque realmente vai mexer com a casa da pessoa. Hoje está num zoneamento que tem um valor, amanhã pode estar num outro zoneamento com valor muito mais alto ou muito mais baixo.

E as pessoas não participam. Cadê o empresariado, os comerciantes? Tem de participar. Depois da lei aprovada vão reclamar. É uma lei que vale por dezesseis anos. Por isso estamos abertos, não só nós como também toda a nossa assessoria. Estamos equipados. É a primeira vez que as pessoas se manifestam, deixam por escrito e recebem um protocolo de acompanhamento. É a primeira vez. Então estamos abertos e estamos aqui para isso.

Peço licença a vocês, vou deixar a presidência com o Sr. Relator, Vereador Paulo Frange, porque tenho outra reunião também sobre o assunto, mas não é audiência pública. Como há poucas pessoas para falar, a minha saída não vai prejudicar em nada, mesmo porque depois tudo o que for falado e deixado por escrito vamos ouvir, ler e analisar caso a caso.

Deixo um abraço a todos e quero dizer que estamos juntos nesta jornada. Queremos uma lei para a Cidade de São Paulo e não para uma ou duas pessoas.

Passo a presidência ao Vereador Paulo Frange.

– Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Beto Freire.

O SR. BETO FREIRE – Boa noite a todos os presentes, Vereadores, a questão que me traz aqui é o Parque Vila Guilherme Trote.

A lei de zoneamento não contempla a ampliação do Parque. Temos 180 mil metros quadrados de área verde. Um terço interditado por falta de restauro. Ou seja, a população deixa de usar um terço do parque. E achamos um parque de terrenos, o Mart Center, fechado há alguns anos, com utilização para a Grande São Paulo. E devido a toda essa especulação

imobiliária, nós, da Subprefeitura, perdemos um evento que trouxe dois milhões de visitantes para a região. Os galpões hoje estão sendo demolidos, e corre-se o risco de, além de não ampliar o parque, por causa do zoneamento proposto pelo Prefeito, estragar o que já tem.

Temos um lençol freático no território. Mesmo com a maior seca da história, a água tem suprimido a fauna e a flora do parque. Se construir prédios altos, mata o lençol, mata o parque. São vários danos ambientais.

O que venho pedir encarecidamente é que vocês venham, com o coração, com carinho, em nome de toda a população, pois só temos essa área tornada verde, criada em 2006 pelo então Prefeito Serra. A Subprefeitura era o último lugar de área verde; com essa área, está em antepenúltima. Só perdemos para a Mooca e para o Jabaquara. Então vejam a importância de se ampliar essa área e preservar, senão vamos voltar para trás, para o último lugar. Já pensou voltar a ser a subprefeitura com a menor área da cidade? É um pulmão, e nós precisamos dele.

Então peço, com todo o carinho, que ampliem o parque, preservem o que já existe e criem mais áreas verdes, porque na Vila Medeiros, Jardim Brasil, Parque Novo Mundo, praticamente as pessoas só têm praças, elas estão respirando poluição. Aí você tem a Ayrton Senna, Fernão Dias, Dutra, Marginal Tietê e o maior terminal de cargas rodoviária do Brasil, talvez até o maior da América Latina, jogando poluição na cabeça das pessoas. Vai ter um custo para a Saúde; não é uma questão ambiental, é uma questão de Saúde mesmo. E na fase atual de água, que está faltando, de qualidade de ar, é uma questão de sobrevivência.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Parabéns pela fala.

Tem a palavra o Sr. Nelson Ferreira Filho, da Sociedade Amigos do Parque Edu Chaves.

O SR. NELSON FERREIRA FILHO – Boa noite a todos.

Gostaria de frisar que estamos tendo vários eventos que o Poder Público está trazendo para a nossa região, mas às vezes ficamos um pouco desanimados com a pouca representatividade do Poder Público, necessária para dar andamento às demandas da nossa região. Então mais importante do que tudo que foi falado aqui é o fato de termos várias audiências públicas sendo realizadas sobre vários projetos que estão para acontecer na Cidade. Então é preciso o apoio da Câmara Municipal, do Legislativo, para que as demandas saiam da região e aconteçam de fato, porque, infelizmente, hoje, em nossa realidade, não vem acontecendo. Na administração da Cidade de São Paulo, o que está ocorrendo: ou temos projetos que não são realizados, são muito mal realizados, ou obras que estão sendo realizadas sem projetos, sem organização nenhuma, que é o caso de várias ciclovias na nossa região, indo totalmente contra a mobilidade urbana, enfim, contra tudo aquilo que gostaríamos que viesse ao encontro dos anseios da nossa população.

Foi frisado o Terminal de Cargas.

O Terminal de Cargas, como mencionei no Câmara no Seu Bairro, a semana passada, é uma terra de ninguém onde existe exploração financeira, vários estacionamentos sendo cobrados. Inclusive, recentemente, foram colocados alguns blocos para interditar vias públicas. Para quem conhece, aquela avenida do Terminal de Cargas, que tem as torres, tem todas aquelas travessas como vias públicas, que dariam acesso a uma rua que tem no final e que sai na Avenida do Poeta. Aquilo foi fechado, e a Prefeitura tem que abrir para que o morador de bem possa trafegar por aquelas ruas. Lá é fechado, e é cobrado estacionamento para inúmeros caminhões.

Na última reunião do Prefeito, no auditório da Subprefeitura, quem estava presente lembra que, quando foi falado do Terminal, ele falou que tinha assinado um contrato referente ao Terminal de Cargas. Quem estava presente lembra-se disso. Então gostaríamos de saber o que é esse contrato, o que foi assinado em relação ao Terminal de Cargas? Foi uma fala do

Prefeito dentro do auditório da Subprefeitura. Então o que vai ser feito, o que é esse contrato? Será terceirizado, vai ser entregue para uma empresa tocar e ampliar o Terminal? Vai ser feito um projeto habitacional? Temos, no Terminal de Cargas, uma área de quatro mil metros quadrados cedida para a Saúde. Eu sou conselheiro de Saúde, da supervisão da Vila Maria/Vila Guilherme.

Nessa área de quatro mil metros quadrados, existe um projeto para construir uma UBS integral, um CAPS infantil e um CAPS-AD, que é um CAPS-Álcool e Drogas. Isso sim vai atender ao que a gente necessita e ao que a gente precisa naquela região, e não virem ampliar, mais uma vez, o Terminal, ampliar mais do que é? O Terminal não precisa ser ampliado, precisa ser organizado. Lá é uma terra de ninguém.

Se eu paro o meu carro aqui em frente ou o deixo mal estacionado, eu sou multado. Por que, com centenas e centenas, para não dizer milhares de caminhões que estão lá estacionados irregularmente, não acontece nada? Isso que a gente tem que ver. Dentro da área do Parque do Trote, que foi muito bem falado pelo nosso colega aqui, há aquela área lá atrás, que não é mais nada do que um emaranhado de concreto. Ninguém faz nada. O parque precisa ser ampliado. Mais do que isso é cuidar do que já temos, porque hoje não dão conta nem de cuidar, na totalidade, do que existe dentro do Parque do Trote.

Sr. Presidente, então, nós gostaríamos disso, do seu apoio e do apoio da Câmara, para que as demandas saíssem daqui, das audiências públicas, e venham, de fato, a acontecer. Hoje, infelizmente, dentro da Cidade de São Paulo, isso não ocorre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Ana Lúcia Santana, do Movimento Popular da Vila Maria/Vila Guilherme e região.

A SRA. ANA LÚCIA SANTANA – Boa noite a todos. Sou conselheira participativa

do Movimento Popular de Vila Maria/Vila Guilherme e região. Faço minhas as palavras das Sras. Irani e Kamila, só que eu quero pontuar aqui um assunto específico: a favela, assim chamada, a Comunidade do Coruja, que tem 170 famílias. Há mais de quarenta anos, essa comunidade existe e ninguém toma providência a respeito de nada. Não oferecem moradia em lugar algum. As pessoas vivem sem condições dignas.

Há um terreno, ao lado, que eu acredito ser da Prefeitura. Quero indicá-lo para ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, para a comunidade do Coruja, que já existe há quarenta anos e está completamente abandonada; mas lembrada, é claro, nos anos de eleições.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Rosimar Tenório Araújo.

O SR. ROSIMAR TENÓRIO ARAÚJO – Boa noite a todos. Eu sou gestor ambiental. Sou morador da região. Uma das nossas lutas também não é contra o Terminal de Cargas, mas contra o que esse Terminal de Cargas faz e a poluição que ele gera em cima de toda essa população. São vários cenários, diferentes desses produtores de monóxido de carbono, como a Fernão Dias, o Terminal de Cargas, somando-se ao Aeroporto Internacional de Cumbica, com 750 voos diários. Tudo isso incide sobre os moradores da região, no entorno do Parque Edu Chaves, Jaçanã e Vila Sabrina. São trezentas mil pessoas que sofrem esse impacto. Infelizmente nós temos que tomar uma providência, os Vereadores têm que tomar uma providência em relação ao uso e à ocupação do solo nessa região, que infelizmente é algo seriíssimo.

Há uma ilha de calor incrível. Geralmente são espaços muito quentes, além do normal. São geralmente três a cinco graus de diferença entre um lugar que não é tão poluído.

Três graus são muita coisa. Há várias produções de relâmpagos, raios e chuvas em São Paulo. Devido a essa poluição, há esse monte de poluentes. Infelizmente isso nos impõe sérias doenças cardiorrespiratórias tanto para as crianças quanto para os senhores idosos e mães. Tudo isso aí gera muitos problemas, por causa desses veículos poluentes, tanto aviões quanto caminhões.

Eu não sou muito de falar, infelizmente. Eu prefiro agir. Eu só gostaria que os Srs. Vereadores agissem e realmente se empenhassem em relação ao nosso meio ambiente, em relação à ocupação do nosso solo. O meio ambiente não é brincadeira. Se realmente querem fazer alguma coisa, que comecem, que façam de verdade, que se juntem todos os 55 Vereadores que ficam na Câmara e realmente deem uma atenção especial não só ao meio ambiente, mas também à Saúde, à saúde ambiental dos idosos e das crianças. Infelizmente, pelos estudos que foram feitos pela Faculdade de Medicina da USP, há dezenove mil mortes por ano, devido à poluição atmosférica. Esse é um estudo feito pela equipe do Dr. Paulo Saldiva. Isso precisa ser realmente analisado com muito carinho. Isso não é brincadeira.

Como o Sr. Roberto citou, não há arborização. Vila Maria é um dos bairros menos arborizados de São Paulo, do município de São Paulo; só ganha da Mooca e de Itaquera, penso eu. Enfim, nós temos que nos ater a isso. Se a população não começar a pensar, infelizmente, nós vamos morrer também, por falta de ar para respirarmos. É uma questão de nos comprometermos, tanto a pessoa que vai receber uma árvore na sua porta. Geralmente falam que árvore é sujeira. Não é, árvore só nos traz vida. Infelizmente, nós temos pouquíssimas árvores aqui na nossa região. Então, se V.Exas. aceitarem, estarão fazendo um favor para nós mesmos, tanto para nós, que somos do meio ambiente, como para as pessoas que são novas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Muito bom o seu recado.

Tem a palavra o Sr. Felipe Martins.

O SR. FELIPE MARTINS – Boa noite, Srs. Vereadores e todo mundo. Eu vim falar não só da região do Terminal de Cargas, onde a ALMEM – Associação de Luta por Moradia Estrela da Manhã – está reivindicando para a moradia popular. Eu quero falar um pouco sobre zoneamento. Eu sei que a gente está lendo a Lei de Zoneamento. É muito importante a gente ter esse engajamento popular e essa lei, para que seja apresentada para a população, mas eu gostaria de ser específico numa tecla: até que ponto vai beneficiar a todos? Uma lei como essa não tem como beneficiar todo mundo, porque a região do Terminal de Cargas está querendo ser ampliada. Está havendo uma luta por moradia ali. Onde a gente vai colocar essas pessoas? É muita gente. Não há como ignorar isso, quando se faz um plano. Tem que haver reivindicação popular? Tem. A gente sabe que, muitas vezes, não. Temos que ser justos nessa hora, mas, se a nossa luta for ouvida e a luta do pessoal do Parque da Vila Guilherme e Parque do Trote for ouvida e se forem ouvidas todas as lutas das pessoas que já estão ali, das comunidades que já estão ali, para poder estruturar a Cidade, de forma confortável e não só de uma forma que há, a gente vai colocar todas as empresas aqui, a gente vai colocar todas as moradias ali, e todo mundo vai coexistir? Não é assim. Há muita gente vivendo em lugares que não há nem o que falar. São lugares que têm acesso horrível, saneamento horrível e transporte nem se fala. A gente tem que observar essas questões na hora de fazer uma lei. Podem pegar o Terminal de Cargas e falar: “Vamos ampliar”. Mas, não se pode ignorar que, um, há uma luta por moradia ali; dois, é uma região que já teve um acesso muito melhor do que tem hoje; e três, ela deveria ser organizada, mesmo coexistindo com o Terminal. Se a gente ignorar esses três pontos, como a gente vai conseguir fazer uma lei que seja justa para todo mundo, não só para empresas, não só para as pessoas que estão morando, não só para o Plano Diretor da Cidade, que já deveria ter saída há muito tempo?

É isso que eu tinha para falar. Desculpem se eu estou parecendo um pouco nervoso aqui, mas é uma coisa que realmente me indigna muito.

Boa noite e muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Encerradas as falas, tem a palavra o Sr. Daniel para dar uma resposta a uma série de posicionamentos que foram colocados aqui, sob o ponto de vista técnico. É muito importante que os senhores ouçam, para, em seguida, a gente possa fazer também os comentários da relatoria e terminar os nossos trabalhos.

O SR. DANIEL – Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Vereador Paulo Frange. Agradeço todas as contribuições que vieram. Buscando um resumo, eu acho que nós temos três questões que foram apontadas aqui. Há uma questão habitacional. É um problema que a Cidade toda enfrenta. Parece-me que aqui nós temos problemas específicos de algumas comunidades e também uma questão específica do Terminal de Cargas. O segundo ponto bastante importante é o próprio Terminal de Cargas. Há também a questão ambiental. Eu vou dialogar com esses três pontos que os senhores trouxeram.

É fundamental nós compreendermos o que uma Lei de Zoneamento pode mudar essa realidade que a gente está discutindo. A Lei de Zoneamento não é programática, é regulatória. Ela vai dizer como que pode ser ocupado o lote, o que pode ser feito no lote e quanto pode ser construído em cada lote. Ela não é um plano que vai urbanizar e vai trazer investimento público. Zoneamento não é isso. Zoneamento é uma regra de como a gente vai construir, que uso é permitido etc. Há um impacto na nossa vida? Há. Vai mexer no valor da terra, mas também vai mexer naquilo que é proibido e o que é incentivado em cada região da Cidade.

Então, nessa perspectiva, na questão habitacional, há uma mudança da lei vigente para a proposta, que é a ampliação de áreas de ZEISs – Zonas Especiais de Interesse Social, e que a gente tem ali uma prerrogativa de priorizar a produção de moradia para a população de

baixa renda. Essa é uma questão fundamental. A gente tem a demarcação dessa ZEIS. O fato de existir uma comunidade, numa área da Cidade que não está como ZEIS, não significa que não seja possível dar uma solução habitacional para aquelas famílias. Por quê? Porque é possível regularizar uma comunidade que esteja numa área industrial e porque é permitido o uso de Habitação de Interesse Social numa zona industrial. Se quiserem confirmar o que eu estou dizendo, basta olharem o quadro quatro que está nesse jornalzinho aqui. Ali os senhores verão que existe a possibilidade de haver Habitação de Interesse Social junto à indústria. Não é o que se deseja, porque o uso industrial é incômodo, ele gera ruído e gera poluição, mas é possível conviver. Em Heliópolis, por exemplo, convivem ao lado de uma área industrial. Então, não dá para a gente virar os olhos para a realidade e não olhar a realidade da Cidade, não olhar os problemas.

Quando há população de baixa renda e ocupações precárias, para a solução habitacional, é fundamental haver ação do Estado e ação da Prefeitura. Aí tem que haver um plano de urbanização daquela área, de solução habitacional para aquelas famílias. Então, é uma disputa da política habitacional. O fato de não haver ZEIS, nessas áreas, não significa que a gente não consiga conferir uma solução. Então, nós temos um avanço de reserva de áreas. Toda a demarcação de novas áreas deve ser estudada. Por exemplo, foi colocado aqui pela Sra. Ana Lúcia a sugestão de indicação de uma área. Quanto ao segundo ponto, do Terminal de Cargas, uma coisa é nós discutirmos a adequada utilização daquela área, seja sob a ótica da sua regularidade, sob o domínio público, a forma como estão sendo ocupadas as vias etc. Essa é uma discussão a ser feita. Outra discussão é a seguinte: Na hora de fazer uma lei que vai dizer o que pode e o que não pode fazer lá, vamos abrir mão de aquela área ser uma área para o uso logístico, que é uma importante estratégia para a Cidade, uma importante estratégia não só para a subprefeitura, mas para toda a Cidade? Essa é a discussão que está em jogo, para discutir o PL 272. A atividade logística pode haver em outras áreas, mas é preferencial que haja em quadras maiores, com sistema viário propício, convivendo com outras

atividades industriais e convivendo, de forma localizada, próximo à rodovia. Isso é fundamental. Definir um zoneamento para o Terminal de Cargas não significa que a gente, ao fazer a escolha do uso industrial e logístico para aquela área, vai ter que melhorar o que está lá. Essa é uma questão fundamental.

A Cidade tem vários problemas ambientais. Os senhores que são do CADS, se puderem fazer um inventário dos problemas ambientais, vão ver que há poluição de água, poluição do ar, o problema das ilhas de calor, o problema das enchentes, o problema da drenagem na Cidade, o problema do lixo etc. Quais desses problemas a gente consegue equacionar numa Lei de Zoneamento? Nós nos debruçamos muito sobre isso e nós identificamos que, por um lado, nós temos que reservar, proteger aqueles recursos naturais que nós temos na Cidade. Então, quanto ao Cantareira e ao Parelheiros, aos nossos parques naturais, a nossa proposta está avançando e ampliando em 16% as zonas que protegem áreas verdes na Cidade, porque inclusive faz com que todos os parques futuros sejam áreas de preservação. Aquele instrumento da quota ambiental pode ser de grande utilidade para a região e para essas atividades. Vou explicar o porquê. Hoje, na nossa lei, a gente tem uma obrigação de destinação de área permeável, ou seja, deixar uma área que não seja impermeabilizada. Tem que haver grama, tem que haver pedra ou algum tipo de tratamento, para que a água infiltre no solo. Entendemos que isso não é suficiente. A gente tem que fazer com que o uso do solo explore mais arborização, mais coberturas verdes, tetos verdes, telhados verdes, muros verdes, pisos semipermeáveis etc. Nós criamos uma regra, obrigando que as edificações novas e as reformas tenham que cumprir uma determinada pontuação, e se pode atingir a pontuação por meio de várias soluções sustentáveis, arquitetônicas. Então, por exemplo, na indústria, obrigar que aquelas áreas impermeabilizadas tenham um tratamento com um piso drenante, tenham árvores, porque isso fará com que você contribua com a redução do problema da drenagem. Ou seja, dou soluções em que retenho água em cada lote, de forma mais duradoura e, ao mesmo tempo, na hora em que começo a trazer a arborização

para esses lotes, contribuo para a redução das ilhas de calor. Consultem, no *site* da SMDU, a apresentação feita para as questões ambientais. Lá tem o mapa do Atlas Ambiental com a temperatura média da superfície na Cidade. Vocês verão que os bairros com arborização chegam a ter sua temperatura reduzida de 5 a 10°, em relação às áreas que têm as ilhas de calor. Isso resolverá a Cidade? Não, mas imaginem que estamos colocando, aqui, uma cultura de fazer com que os novos usos da Cidade comecem a ter soluções sustentáveis para obterem o alvará. Isso é bastante significativo. Acho que tem de se fazer uma disputa para que essas indústrias cumpram com a sua cota ambiental. E há outro detalhe: quanto maior o lote, maior a pontuação que deve ser atingida. Há bastante material sobre isso em nossa proposta. Quem se interessar, poderá consultá-lo.

Então, não vamos, aqui, resolver o problema da Cidade no zoneamento, mas o zoneamento tem formas de contribuir para a melhoria de nossos problemas. Buscamos equacionar algumas soluções para isso.

Quero deixar claro que, para uma lei dar certo... Temos ouvido muitos comentários de que temos de ter uma boa fiscalização. Concordo muito com isso, mas acho fundamental termos um controle social. O melhor fiscal de todos é a sociedade, que consegue trazer exigências, acionar o Ministério Público, denunciar quando não se cumpre a lei. Por isso é que a Prefeitura tem buscado dar melhores condições para que haja um controle social.

Portanto, para tudo o que estamos discutindo aqui, é fundamental olharmos o dia seguinte ao da aprovação da lei e cobrarmos o seu cumprimento.

Então, obrigado pelas contribuições. Continuem acompanhando todo o processo, inclusive vendo de que forma que as questões trazidas foram incorporadas ou aprimoradas no PL 272.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Farei um comentário rápido, antes de

passar aos temas abordados.

Começarei pela fala do Sr. Daniel, tratando sobre a Fiscalização, que é o Capítulo III desse projeto. É importante ler. Ele ainda tem muito para ser aprimorado. Estamos sentindo que, em cada audiência pública, sempre há um ou outro comentário. Chegamos até a discutir sobre o número de fiscais urbanos. Deveríamos ter dois mil, mas hoje temos quatrocentos. Mas, pergunto: será que quatro mil resolverão o problema? Cinco mil resolverão? Seis mil resolverão? Dez mil? Ou será a hora de uma mudança cultural nesse processo da fiscalização?

O que é isso? É trazer a sociedade para participar conosco. Trazer como? A Lei de Zoneamento está na Câmara e o *site* foi criado no dia 22 de junho. De lá para cá, já temos 140 mil acessos. Ou seja, a população participa, sim. Basta haver um canal fácil e rápido. E as participações têm sido muito boas – tanto em audiências públicas, quanto sob a forma escrita. Já temos cerca de 1200 sugestões boas para serem estudadas. Então, é muito importante.

Então, precisamos ter um canal aberto a fim de recebermos as sugestões e buscarmos soluções junto aos que têm poder de polícia. Estamos discutindo isso e é importante que achemos esse caminho. Esse é um caminho do qual não temos como retornar. Portanto, precisaremos de 12 milhões de fiscais, mesmo porque tudo isso que está aqui é georreferenciado. Às vezes, alguém nos procura perguntando: “Não tem como colocar essa manchinha marrom um pouquinho mais para lá?” Não, não tem. Pode ser discutido tecnicamente, mas tudo aqui foi feito de forma georreferenciada. Nada foi feito a olho. É a tecnologia da informação a favor da população, a favor do acerto. A margem de erro, aqui, é muito pequena.

O que acontece nas audiências públicas? As contribuições de vocês são muito importantes, porque são pontuais. São aquelas que a população está sentido bem perto de sua casa. Essa informação é preciosa, é ela que pode fazer a sintonia fina de tudo isso e corrigir.

Ouvimos, aqui, sugestões interessantes. Alguém disse que já sabe onde há um terreno em uma região. Ora, que bom. Esses terrenos não foram encontrados por acaso.

Houve muita participação, enquanto o Executivo estava tratando esse problema. Temos 13%, de todo território do Município, reservado para a área de Habitação de Interesse Social. É muito? É, mas pode ser mais. É pouco? Não interessa. O importante é que se puder ser mais, será melhor. Precisamos muito de espaço. O problema de São Paulo, hoje, é o custo da terra – e terra boa. Muitas vezes, alguém diz: “Olha, eu vi no mapa e sei onde tem um terreno vazio”. Você vai até o local e constata que é um buraco, que não dá para construir nada, e o custo da edificação é muito caro.

Portanto, quem souber dessas situações, fale conosco. Hoje, estamos na 25ª audiência pública. De todos os lugares em que fomos, o Sr. Daniel nos acompanhou em boa parte deles. O que menos temos é terreno vazio para ser ocupado como ZEIS. Vejam que as ZEISs estão todas nesse espaço aqui do lado, mas a Vila Maria, a Vila Guilherme fazem parte, praticamente, do Centro de São Paulo. Estamos separados apenas pelo rio. Então, essa área foi ocupada ao longo do tempo.

A discussão do Terminal é muito interessante. Acho que todos têm, sim, de se manifestar. Tenho uma preocupação. Sou médico. Então, tenho uma preocupação muito grande com elementos particulados do enxofre, principalmente de um diesel que está aí e não era para estar. Já estávamos esperando por um diesel com muito menos enxofre há muito mais anos. Esse não é o diesel com que sonhávamos. Sonhávamos com outra situação de qualidade de diesel, até mesmo utilizando muito mais o álcool que propriamente o diesel, principalmente para as frotas de caminhões de porte médio. Lamentavelmente, todos esses caminhões de porte médio são com diesel e, agora, todos os carros de luxo também com diesel.

Então, o que nos preocupa é esse processo de poluição em uma área como a do Terminal, que está muito próxima de onde as pessoas moram. Quem aqui já esteve fora do Brasil sabe que as grandes ferrovias, principalmente na região da Flórida, que todo mundo tem um parente ou alguém que já foi a Miami: quem sai dali, a quantidade de galpões industriais e

condomínios, onde tem as indústrias e os espaços de logística, como esse aqui, os terminais de cargas, não se vê os caminhões. É uma quantidade muito densa de verde, e, dentro, o espaço onde os caminhões trabalham. Ou seja, esse território é permeado com um verde denso. Isso ajuda muito, pois reduz ruído, reduz o impacto em todo o entorno. Vamos rever, vamos discutir, até porque esse espaço é importantíssimo para a atividade industrial, para São Paulo, tanto que precisaríamos de outros espaços desse. Esses espaços de logística, hoje, são muito importantes, senão a Cidade toda vai ter os caminhões. O que não podemos é impactar tanto aqui.

O que acontece é o seguinte: quando saímos daqui e vamos para Parelheiros, ou para o Butantã ou para Pinheiros, ninguém sabe o que é o Terminal de Cargas da Fernão Dias. Ninguém sabe nem em que lugar do mapa fica. É importante que a gente veja, que a gente mostre, que a gente conte, não só para vocês. Vamos fazer uma visita lá. Falei agora com o Lúcio, que está lá no Parque Edu Chaves, com uma atividade comunitária importante, está também aqui no clube, dirige o clube e conhece o problema de vocês. Vamos lá visitar, acompanhar. Convidei a TV Câmara para ir também. Vamos mostrar para a Cidade o que é esse Terminal de Cargas. Todos sabem da importância disso, mas não podemos também impactar tanto. Vamos achar caminho? Não sei. Mas não será por omissão da Comissão que não iremos, *in loco*, examinar e olhar. Portanto, vamos voltar a marcar com vocês. Eu vou centralizar com o Luciano, para que a gente possa fazer uma visita lá, levar outros Vereadores, convidar os colegas. Façam uso do relacionamento que vocês têm. A Câmara tem 55 Vereadores. Fale com eles, passem as informações. Do contrário, fale direto com a Comissão. A Comissão de Política Urbana tem sete membros. O Presidente Gilson Barreto está lá, atende; eu estou atendendo, assim como os demais Vereadores da Comissão de Política Urbana e a Câmara toda. Não deixe de exercer essa atividade tão importante.

O aumento da área do parque foi discutido. Realmente, o verde dessa região é menor do que o das outras. E se você olhar, quase tudo que está aí, na verdade, é um

desenho de uma mata que foi sendo ocupada. A falta de planejamento ao longo dos anos gerou esse espaço com muito pouco verde. O que estamos fazendo é buscar delimitar de forma segura para que o que tem aí não se perca mais. Para isso, é importante fiscalizar bem. E a outra situação que o Felipe colocou é tentar fazer com que essa lei de zoneamento seja a mais justa possível.

Só para encerrar: tem aqui nesse pedaço, na Guilherme Cotching, em 2025, a estação de Metrô. Então a situação começa a ficar muito boa quando o Metrô chega. Mas é para 2025. Ainda tem muito tempo para chegar até aí, até porque o Metrô de São Paulo anda muito devagarinho. Só temos 74 km de Metrô construído até agora, e isso significa entregar 22 cm de Metrô por hora. Sabe o que é isso? Em 42 anos, entregamos apenas 74 km. O plano de mobilidade diz que tínhamos de ter agora 140 km em 2016. Quer dizer, é pouco demais, a velocidade de entrega do Metrô é pequena demais, e tinha que ser mais ágil, mas infelizmente não é.

Essa região que o Daniel mostrou logo no início, essa zona de estruturação metropolitana, que é uma área de apoio importantíssima para a Marginal, é um sonho muito antigo, e só agora está saindo do papel. Tem gente que fala: “Ah, porque Prestes Maia falou”; “Aqui é a terra de Jânio Quadros”. Sabemos que ele nasceu aqui. E por que alguém não fala: “Por que não faz alguma coisa ao lado da Marginal, para ajudar?” Mas ninguém nunca pôs nada no papel para acontecer. Essa discussão é para 2016. Lá atrás, o ex-Prefeito Jânio falou alguma coisa – isso está escrito – sobre uma avenida que cruzaria pela Casa Verde e seria uma linha de acesso paralela à Marginal, mas reserva daqui, reserva dali, agora estamos pondo na lei. Está no plano diretor a discussão dos arcos e há as datas para trabalhar a elaboração desses projetos e encaminhar cada um deles a partir de agora.

Portanto, é uma responsabilidade muito grande aprovar essa lei. Precisamos dela ainda este ano. Não podemos deixar passar mais tempo, porque a Cidade não tem mais capacidade nenhuma de utilizar a lei antiga para poder planejar o uso do solo. Daqui para

frente estamos fazendo tudo errado se não houver um plano novo, uma lei nova de zoneamento. O plano diretor já está aprovado e já tem as diretrizes que estão valendo.

Agora, a Lei de Zoneamento vai exatamente para a direção que o Daniel falou, ou seja, como por esse sonho para valer realmente e transformar esse lote, esse espaço naquilo que é indicado para cada uma das regiões.

Cada uma dessas regiões tem taxa de ocupação, quanto usa de cada pedaço diferente. Uma Zona Residencial só pode ocupar um percentual do solo, que é diferente de uma Zona Mista, de uma Zona Industrial, de uma área verde, de uma área de uso extrativista ou uma Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável, em que temos aqui para cima as pedreiras. Quanto por cento pode usar dessas áreas, cada uma delas tem o seu quadro específico de uso do solo.

Nossa proposta de agora para frente é dar continuidade às audiências públicas e ouvir o máximo possível vocês. Não deixem de participar. Entrem no *site* que mudou um pouquinho e ficou mais fácil. Agora quando entramos no *site* já encontramos uma ficha onde preenchemos nossos dados e escrevemos o que queremos. Não há problema, nada disso vai se perder. A pessoa fica com um número de protocolo eletrônico e a partir do dia 15 deste mês vamos retornar algumas informações, algumas solicitações serão acatadas, outras não poderão.

Aqui temos de praticar a arte do possível. Há situações que não podem ser atendidas porque estão fora do conceito do plano diretor e fora dos conceitos que estão escritos na lei. Se tivermos conceitos fortes erramos pouco. Não podemos, de agora em diante, ultrapassar os nossos conceitos. Vamos tentar manter aquilo que vemos aqui no mapa.

Esta também é uma das regiões que visitamos até agora que mais tem demarcação de Zonas Industriais. Ouvimos alguém falar da Mooca. A partir de segunda-feira, portanto, na terça-feira, no CEU Meninos, às 18h, no Ipiranga, será apresentada a tão sonhada solução de um território que vai da Mooca até São Caetano, passando pelo Ipiranga até a Vila Carioca,

que é a antiga operação Mooca–Carioca, que agora chama-se Bairros do Tamanduateí.

É um estudo de muita concentração de informação, de muitos anos tentando e agora haverá uma apresentação que vai acontecer todas as segundas-feiras – não na próxima porque é feriado –, e durante três semanas seguidas para depois o projeto chegar à Câmara. Acompanhem esse assunto. Quem está aqui precisa também acompanhar o que está acontecendo do outro lado, porque quando discutirmos o Arco Tietê, o Arco Leste que passa por aqui também, vocês estarão passando pelo mesmo tipo de aprendizado. E vamos ter agora essa lei importante, que muda a história também desse vizinho localizado rumo ao Sudeste de São Paulo.

No mais, muito obrigado pela atenção, pelo carinho, pela cessão do espaço de forma tão carinhosa. Sei que a Câmara no Seu Bairro esteve aqui e muito do que foi falado o Vereador Donato, que preside a Câmara de São Paulo, já mandou nos entregar e explicou o quanto foi comentada a situação do Terminal. Portanto, esse assunto passou a ser da Câmara, pois houve muitas manifestações com relação a essa situação que discutimos aqui hoje.

Muito obrigado. Está encerrada a audiência pública.